



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Nos últimos anos, os serviços de autocarros têm sido sempre alvo de críticas em relação à frequência dos autocarros, ou não vem nenhum ou chegam todos à paragem ao mesmo tempo, à sobrelotação, quando os autocarros chegam à paragem já estão cheios e não recebem mais passageiros, etc., portanto, todos os dias a população enfrenta dificuldades nas suas deslocações. Por isso, os residentes solicitam fortemente ao Governo que melhore a qualidade dos serviços de autocarros e que aumente a respectiva frequência, com vista a satisfazer as necessidades.

No entanto, segundo uma operadora, o caderno de encargos do concurso para a prestação de serviços de transporte colectivo (adiante designado por caderno de encargos) define com todo o rigor a frequência e o horário de partida dos autocarros a cumprir, no entanto, os critérios subjacentes a essa definição têm como base a realidade dos anos 2007 e 2008, e há seis anos que não são alvo de qualquer adaptação às actuais exigências, os contratos celebrados há anos não foram alterados em conformidade com as actuais circunstâncias, e tudo isto acaba por resultar num desequilíbrio entre a frequência dos autocarros e o número de passageiros. Segundo as operadoras, nos feriados, ou seja, nos dias em que a procura é maior, a DSAL solicita o aumento da frequência dos autocarros, contudo, essa acaba por não acontecer porque a Direcção dos Serviços de Finanças entende que não se trata de uma exigência do caderno de encargos e indefere o pagamento das tarifas correspondentes. Entretanto, os serviços competentes também referiram que a



liquidação das tarifas tem de assentar em três elementos: a frequência diária dos autocarros, a inspecção presencial e a verificação da frequência, e caso falte algum deles, não há lugar a pagamento<sup>1</sup>.

É claro que se deve assegurar o uso razoável do erário público. Depois de se terem verificado, no ano passado, irregularidades com a frequência dos autocarros<sup>2</sup>, os residentes ficaram preocupados com a utilização irrazoável do dinheiro público caso fossem as operadoras a decidir livremente sobre essa utilização. Se o regime actual for mantido, os serviços de autocarros são controlados pelo poder público, mas olhando para a realidade, verifica-se que a frequência dos autocarros nunca foi ajustada e nem sequer consegue dar resposta às actuais necessidades, o que só pode levar à baixa qualidade dos serviços, contrariando a ideia de “primazia dos transportes públicos”. Tenho de admitir que isto só prejudica os residentes e não beneficia ninguém.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O caderno de encargos prevê também o aumento da frequência dos autocarros e determina que a operadora tem 24 horas para entregar aos serviços competentes a respectiva justificação<sup>3</sup>. No entanto, segundo uma operadora, existe um protocolo com a DSAT para aumento da frequência dos autocarros, nomeadamente em determinados dias (feriados e abertura do ano lectivo), mas as tarifas correspondentes ainda não foram pagas. Se

<sup>1</sup> “A DSAT vai acompanhar as sugestões do Comissariado de Auditoria para reforçar a fiscalização dos serviços de autocarros”, notícias da DSAT, 27 de Maio de 2013

<sup>2</sup> Relatório de auditoria de resultados sobre o “Serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros”, Comissariado de Auditoria, Maio de 2013

<sup>3</sup> Cláusula técnica III.il., ponto 5.6 do caderno de encargos- ajustamento provisório das frequências e do modelo do veículo.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

isto é verdade, ficamos a perceber porque é que as operadoras não querem aumentar a frequência limitando-se a cumprir a já acordada, e porque é que é tão difícil apanhar autocarro. Qual é a razão de tudo isto? Atendendo às necessidades da população, o Governo deve rever os mecanismos respectivos, nomeadamente no que respeita à sua pouca flexibilidade. Vai fazê-lo?

2. O caderno de encargos já foi definido há seis anos e nunca sofreu quaisquer alterações, portanto, já não se coaduna com a realidade. Com o rápido desenvolvimento da sociedade, as necessidades de transportes aumentaram e a situação das vias públicas agravou-se, no entanto, não se vêem quaisquer medidas nem para facilitar a circulação dos autocarros nem para dar resposta às alterações demográficas. O Governo deve assumir a liderança deste novo modelo de serviços de autocarros, e deve ainda rever a frequência dos autocarros, para que estes possam ser razoavelmente utilizados e, assim, consigam satisfazer as necessidades tanto da população como dos turistas. Vai fazê-lo?

6 de Novembro de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ho Ion Sang